

MEMÓRIAS DE VELHOS NO NORDESTE BRASILEIRO¹

*Alarcon Agra do Ó*²

Escrevendo suas memórias na primeira metade do século XX, Júlio Bello³, Pedro da Cunha Pedrosa⁴ e Graciliano Ramos⁵ compuseram uma espécie de retrato do Brasil⁶. Falando cada um do seu lugar, operando ali com as suas próprias crenças e em meio às singulares condições de possibilidade do seu dizer memorialístico, eles produziram, quando vistos em bloco, um conjunto mais ou menos homogêneo de *verdades* quanto ao Brasil e quanto à sua experiência social.

Ao cumprir aquele movimento, o de pensar o país através da escrita, eles não estavam sozinhos. Ora, ao longo do século XX, especialmente na sua primeira metade, produziram-se os variados textos que acabariam por ser conhecidos como os “retratos do Brasil”. Eles foram dados a público, em geral, sob a forma de “ensaios de história e ciências sociais”, e se dedicavam a dar uma forma escrita ao país, e ao que se imaginava, ou se desejava, que ele exibisse como suas características mais definidoras⁷.

Aquele conjunto textual era composto por obras comprometidas com o exercício de experimentação da escrita sobre o Brasil. O seu horizonte do desejo se delineava como sendo a tentativa de ponderar uma série heterogênea de transformações pelas quais passava o país já desde as décadas finais do século XIX. Os “Retratos do Brasil”, assim, se estabeleciam, guardadas as peculiaridades de cada texto, como uma série discursiva que se embaralhava com outras tantas, mesmo as que se mostravam situadas no espaço de fora do discurso.

Em linhas bastante gerais, cabe lembrar apenas que o Brasil, nos momentos iniciais da sua experiência republicana, tanto dava sinais de crescimento econômico e de urbanização, como também se transformava no palco de novas sociabilidades, de novas relações entre os sujeitos sociais (e destes para consigo mesmos, inclusive).

Em paralelo, aquela foi uma época em que certas dimensões da vida brasileira passaram a ser enunciadas, de forma sempre mais intensa, como problemas sociais, como problemas nacionais: o crescimento visto como desordenado das cidades, o

¹ O artigo consiste em versão reduzida do último capítulo da tese de doutorado custeada em parte por Bolsa CAPES e orientada pelo Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

² Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Adjunto da Unidade Acadêmica de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. E-Mail: <velhice@gmail.com>.

³ BELLO, Júlio. *Memórias de um senhor de engenho*. Recife: Governo de Pernambuco; Fundarpe, 1985.

⁴ PEDROSA, Pedro da Cunha. *Minhas próprias memórias* (Vida Pública). Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1963.

⁵ RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

⁶ Cf. Ó, Alarcon Agra do. *Velhices imaginadas: memória e envelhecimento no Nordeste do Brasil* (1935, 1937, 1945). Tese (Doutorado em História). Universidade federal de Pernambuco. Recife, 2008.

⁷ Cf. BOLLE, Willi. *grandesertão.br*. O romance de formação do Brasil. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004, p. 23-24.

aumento descrito como descontrolado da população, a angústia de setores sociais frente à miscigenação, a crescente delinquência urbana, a maior visibilidade de algumas endemias e o susto trazido por algumas epidemias.

O cenário internacional, por seu turno, também oferecia sinais de reinvenção do mundo, com a nova distribuição espacial inventada pelo imperialismo, com as novas sensibilidades trazidas pelo novo século, com as novas formas de arte que se mostravam possíveis desde os anos 1870, com a Primeira Guerra Mundial. Não faltava quem pensasse que os anos iniciais do século XX, inclusive, fossem uma época especialmente destinada a uma crise geral na humanidade (e da humanidade), a qual cumpria enfrentar com novas narrativas acerca do passado, do presente e do futuro das sociedades.

Para os autores dos “retratos do Brasil”, homens em geral sensíveis aquelas novidades do tempo, fossem elas as locais ou as mundiais, parecia importante – talvez se pudesse dizer, até mesmo, que aquilo lhes parecia *necessário* – capturar em palavras o mundo que se descortinava à sua frente, ou que se esgarçava sob seus olhos. Havia naquela empresa ora o orgulho de se mostrar ao mundo um país embebido do seu próprio futuro, ora o desespero que derivava de uma compreensão pessimista acerca do vivido, e do por viver. O texto, cada texto, era o resultado, não raro surpreendente, de um susto, de um estranhamento – ou, por outro lado, de um reconhecimento, de uma identificação profunda.

* * *

Seria, em boa medida, numa transversal àquela série textual, às suas condições de possibilidade, às suas formas, aos seus efeitos, que emergiria a memorialística nordestina que estudo aqui – uma maquinaria literária que emprestou um rosto, um passado e um presente ao Brasil.

Tanto quanto qualquer um dos títulos canonizados pela crítica como sendo os “retratos do Brasil”, a memorialística nordestina dedicou-se a pensar com saudade no ordenamento histórico brasileiro anterior a 1870, tomando-o como uma época de autenticidade, como o momento no qual se depositavam as raízes do país. Também ela identificou, no panorama brasileiro após aquela fatídica data, a eclosão de séries heterogêneas, mas interdependentes de eventos que mudariam o rosto do país e transformariam – para muitos deles, transtornariam – o seu destino.

E, conforme apontei antes, elas também reforçaram a ideia de que tantos e tão variados deslocamentos de sentido só poderiam ser compreendidos mediante a sua transformação em palavras dispostas por sobre o papel. As margens da folha conteriam os fluxos da história, reteriam naquele espaço construído justamente a partir da indicação do limite os delírios de um país e de um povo que se afastavam de si em busca do desconhecido.

Ao realizar aquele movimento escriturístico, os autores daquela prosa singular construíram a si mesmos como personagens de um diálogo com a experiência de se recorrer à memória para a interpretação do mundo. Para que se possam compreender as razões pelas quais se estruturou aquela empresa textual, cabe lembrar que, num movimento que datava de muito antes, mas que se acentuara ao longo do século XIX, a memória havia se tornado o horizonte de incontáveis práticas culturais. Talvez

a aceleração da experiência, já comum no ocidente desde pelo menos o começo do século XIX, e crescente com a inauguração do século XX, tenha contribuído de alguma forma para imprimir nas pessoas uma sensibilidade especial em relação ao passado.

Ora, o século XIX foi marcado por uma especial centralidade do olhar histórico na construção de explicações sobre o mundo – como se, a um tempo que mudava cada vez mais rápido, correspondesse uma sensibilidade marcada pela valorização do que ia, a cada dia, sendo deixado para trás. Para destacar apenas alguns exemplos da valorização do passado naquele momento, posso mencionar o culto à memória, visível desde a segunda metade do século XIX, e nas primeiras décadas do século seguinte. Cabe citar, quanto a isso, as obras de Marcel Proust, Sigmund Freud, Henri Bergson, Maurice Halbwachs, além de todo o empreendimento de ordem autobiográfica ou memorialística que se produziu após a Primeira Guerra.

Lembrar, a partir daquele momento, no entender de muitos letrados, seria reescrever a história, restaurando espaços subjetivos perdidos em meio a uma experiência histórica cada vez mais veloz e voraz, a qual se fazia mediante a destruição de territórios existenciais os mais variados. Entendia-se que a força do tempo condenava a uma espécie de orfandade simbólica cada vez mais indivíduos e grupos, que se sentiam desorientados no seu presente pela desaparecimento dos seus marcos referenciais mais significativos. Cabia resistir a tudo aquilo.

Àquela civilização do *descarte*, que idolatrava não mais o passado ou a permanência, mas, sim, o futuro e a volatilidade, corresponderia, de forma a potencializar a dimensão ambígua da própria modernidade, uma tendência à produção da memória. Imersos numa história que invadia e reordenava os corpos no que dizia respeito ao seu espaço psíquico e ao seu espaço social, os indivíduos e grupos mais sensíveis à perda de referências simulavam alguma densidade monumentalizando a si e às suas recordações. Exilado tragicamente no próprio presente, o protagonista daquele gesto se resguardava num passado que, pouco importando até mesmo seu deslocamento ou sua relação de estranhamento em relação à história *oficial*, lhe dava alguma segurança ou, quem sabe, alguma esperança.

O presente, naquele contexto, era o tempo *a partir* do qual se falava – mas era, de muitas formas, também, o tempo *sobre* o qual se falava. Ou, ao menos, era o tempo *para* o qual se falava. Assim, a narrativa memorialística, referida às experiências vividas, era construída tendo em vista tensões e exigências do instante em que ela estava sendo elaborada e estabelecida. E, além disso, ela incidia por sobre a sua atualidade, reconstruindo seus contornos à medida que lhe emprestava uma nova imagem para o seu passado.

Era construído no âmbito daquele conjunto textual um passado que, por definição, apartava-se do presente – tanto porque o presente era ali inventado como um instante de ruptura em relação ao tempo idealizado, quanto porque as marcas daquele tempo encenado pela memória em quase nada se assemelhavam ao que afinal estava sendo vivido no presente dos autores. Esta ideia de ruptura é explorada pela historiografia na sua ambiguidade, visto que as interpenetrações entre tempos distintos são comuns à experiência social. Entretanto, fazia parte da

aposta dos memorialistas na acuidade do seu olhar a acentuação dos rompimentos entre o passado e o presente.

A apropriação desta tendência pelos letrados brasileiros, especificamente, foi praticada em várias frentes da vida cultural. Pensar a realidade como algo cindido em campos opostos era uma tradição recorrente na prática intelectual dos letrados brasileiros, atualizada nos fins do século XIX e começos do século XX, face às novas e intrigantes configurações que vinha assumindo a vida social e cultural do país. Tal tendência tornava possível a cisão entre o passado e o presente, condição do discurso memorialístico⁸.

Como talvez dissesse Michel de Certeau, ocorre com certa frequência que a elaboração dos homens seja como a coruja de Minerva, que canta tarde demais. A memória, assim, tornou-se a forma expressiva quase universal dos letrados comprometidos com a invenção histórica da região Nordeste justamente porque ela lhes parecia apta a dar conta do presente inóspito que havia lhe tocado por destino. Aquele era, a seu ver, um tempo marcado ao mesmo tempo pela dissolução de todo um mundo, que sucumbia frente a mutações históricas que se deixavam ler como sendo a modernização e a urbanização da sociedade brasileira⁹.

Personagens diversos da cena social – elites agrárias ligadas ao algodão e ao açúcar, comerciantes e intelectuais – passaram a se perceber como participantes de uma mesma trajetória histórica, definida pelo seu pertencimento a uma região árida e sofrida, vítima não somente do destino geográfico e climático, mas também de uma divisão injusta das riquezas no âmbito do país. Na medida em que sua vida estava sendo transformada por conta da emergência de novos padrões de produção, distribuição e acumulação de riqueza, os quais acabavam, a seu ver, por centralizar as benesses nacionais no sul do país, homens e mulheres do norte, em especial de Pernambuco, inventaram-se como naturais do Nordeste. Logo, eles e elas se disseram nordestinos. O que desejavam, eles e elas? Não outra coisa a não ser sobreviver à sua própria ruína, ultrapassar a terrível “*sensação de perda de espaços econômicos e políticos*” que então os atormentava¹⁰.

Lembrar e esquecer, assim, são gestos que se combinam num instante de perigo, como diria Walter Benjamin, o resultado de seu entrelaçamento sendo a construção, mais ou menos precária ou eficiente, de um espaço de segurança para alguém que se sente em meio ao despedaçamento. A memória, neste sentido, é uma resposta do indivíduo, ou do grupo, a uma invasão da história por sobre os domínios de sua vida (extra)ordinária¹¹.

⁸ Cf. NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora da UnB, 2004; VIANA, Maria José Motta. *Do sótão à vitrine: memórias de mulheres*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1995.

⁹ CERTEAU, Michel de. A beleza do morto. In: _____. *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 1995, p. 55-85.

¹⁰ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Enredos da tradição: a invenção da região Nordeste do Brasil. In: LARROSA, Jorge & SKLIAR, Carlos (orgs.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 141.

¹¹ MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1994, p. 19-20. Cf. LARRETA, Enrique Rodriguez. “À procura do menino perdido”: Gilberto Freyre, modernidade e memória. In: LEIBING, Annette & BENNINGHOFF-LÜHL (orgs.). *Devorando o tempo: Brasil, o país sem memória*. São Paulo: Mandarim, 2001, p. 29.

Elaborar a discursividade memorialística era construir uma simbolização acerca do vivido, e acerca do papel do vivido na atualidade. Era reinventar o passado à luz do presente, tanto quanto era reinventar o presente à luz do passado lembrado. Analisar sua materialidade é, assim, explorar sentidos que não existem em outros espaços, em outras práticas – ou, ao menos, sentidos que se espalham socialmente a partir de sua enunciação naquela série discursiva especial¹².

O gesto do memorialista nordestino, neste sentido, era o de veneração de algo que já não estava no mundo, de algo que só existia como exotismo, como experiência extemporânea. Era apenas quando a vida parecia esgotada que os letrados se voltavam para ela, enfim: ela se tornava matéria de expressão unicamente quando a sua presença mesma no cotidiano dos sujeitos parecia apenas a sombra pálida do que fora no passado. A sua transformação em memórias era realizada, deste modo, mediante uma naturalização de suas características, aliada a uma idealização de suas formas e sentidos, com o quê se reforça a ideia de que no passado estava sua verdade, sua essência, seu vigor.

Ao ver de Oscar Mendes, num texto originalmente publicado em 1940, a literatura memorialística era uma espécie de avesso da história, no sentido de que, longe de se dar espaço privilegiado “aos grandes acontecimentos, àqueles fatos que abalam o curso natural das coisas e modificam as sociedades”, os memorialistas estavam mais interessados em tratar de coisas miúdas, anedóticas, pitorescas. Sua literatura, assim, era uma obra “mais divertida, mais interessante, mais humana, pois nos mostra a vida no seu cotidianismo, no seu ramerrão, nas suas miudezas secretas, que são a própria trama da vida individual e social”. Naquele tipo de publicação poderiam ser encontradas, diz Mendes, o habitual das sociedades, aspectos conhecidos e importantes, mas que se dissolvem no tempo, e que, quando lembradas, “vêm encharcadas de saudade e falam aos nossos corações como vozes de amigos queridos que já se foram e que jamais voltarão”¹³.

* * *

Em paralelo a isso, e numa direção que a mim interessa destacar, eles também se colocaram em perspectiva em relação à série de práticas históricas que, ao seu redor, se enredavam na construção histórica da experiência moderna da velhice no Brasil. De várias formas o dispositivo memorialístico de Bello, Pedrosa e Ramos se aproximou do debate em torno da velhice, caro ao seu tempo – e ele deve ser pensado como uma das condições de possibilidade mais consistentes daquela literatura.

Ora, aqueles autores traçaram, nas suas obras dedicadas ao registro do seu passado vivido e lembrado, a imagem de um país que passava a conhecer, no tempo contado nos seus livros, uma nova modalidade de segmentação social, a qual tomava a idade das pessoas como critério de individualização. Eles apontavam também para a visualização, no âmbito geral da população, de grupos organizados em faixas etárias.

¹² MONTENEGRO, *História oral...*, p. 12-13.

¹³ MENDES, Oscar. *Tempo de Pernambuco: ensaios críticos*. Recife: Editora da UFPE, 1971, p. 85-86.

Se, antes, no Brasil anterior a 1870, o tecido social se repartia em brancos e negros, em homens e mulheres, em párvulos e adultos, entre outras possibilidades de agrupamento e segmentação, diziam aqueles autores, desde ali tudo mudara. Emergira e tomara força a ideia de que, ao lado daquelas divisões, e com elas associada, deveria ser observada a diferenciação que estava implicada na idade das pessoas. E, mais que isso, agrupamentos humanos deveriam ser organizados em função da idade dos indivíduos, de sorte a que fosse facilitado o seu controle.

Principalmente, Bello, Pedrosa e Ramos diziam ver como uma das dimensões mais características do Brasil que vivia a passagem entre os séculos XIX e XX a produção de uma lógica hierárquica implicada na repartição etária da população – de sorte a que à valorização da infância, da juventude e, mesmo, da idade adulta, aliava-se o desprestígio crescente da velhice. A seu ver, estava se esgarçando aquela época em que os velhos eram tão importantes que era errado dormir ou acordar sem sua bênção, sinal de que através deles o homem comum se conectava com Deus¹⁴.

Tudo isso, no entender daqueles letrados, trazia consigo uma inversão de valores e um deslocamento de sentidos no âmbito da experiência histórica brasileira, o que cumpria registrar e analisar. No seu passado, ou, ao menos, no passado mais imediato dos seus pais ou avós, o ordenamento etário era simples: as crianças eram apartadas dos adultos por um grande número de mecanismos de contenção. Elas, as crianças, tentavam burlar aqueles mecanismos à medida que cresciam, simulando um envelhecimento que atestava o maior prestígio da idade avançada naquela sociedade. No mundo novo que se descortinava sob seus olhos, as idades se complexificaram, com mais sutilezas a distribuir os indivíduos por sobre uma escala cada dia mais minuciosa¹⁵.

Ainda mais, crescia a legitimidade do estatuto da infância, e sobre ele se voltavam olhares diferenciados, mas cúmplices na defesa da singularidade daquele recorte etário singular. A pedagogia, a assistência social, o saber jurídico e a pediatria eram os mais visíveis protagonistas da maior visibilidade da infância, e de sua defesa contra a pressa em envelhecer.

Como diria Gilberto Freyre, num esforço de entendimento do país em muito paralelo e correspondente às memórias que estudo aqui, o fim do Império e o começo da República foi marcado pelo aprofundamento do gosto pela fotografia (eram tempos de culto da imagem de si, enfim) – e, naquela prática, se atualizava o culto crescente à infância. Naquele tempo, afirmava-se

*(...) uma tendência já contrária à mística, então ainda dominante, em torno dos valores e símbolos patriarcais: a exaltação da figura da criança sobre a figura do ancião, do antepassado, do velho.*¹⁶

Em contrapartida, os esforços que se dirigiam à velhice por aquela época não a tomavam como uma faixa etária na qual se depositassem esperanças, mas, apenas, amparo e controle. Assim, se em relação à infância se sobressaiam estratégias

¹⁴ Cf. RABELLO, Sylvio. *Cana de açúcar e região: aspectos sócio-culturais dos engenhos de rapadura nordestinos*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Sociais; MEC, 1969, p. 69.

¹⁵ Cf. MOTTA, Alda Britto da. Gênero, idades e gerações. *Cadernos do CRH*, Salvador, v. 17, n. 42, 2004, p. 349-355.

¹⁶ FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000, p. 142.

formativas que nela preparavam o homem do futuro, em relação à velhice o que se praticava era o controle médico da geriatria, o controle social da assistência asilar, o controle do trabalho pela aposentadoria e pelas pensões. Ser velho estava deixando de ser venerável e respeitado para se tornar no estatuto de alguém que se diferenciava dos demais indivíduos pela idade avançada e que só encontrava a si mesmo entre iguais, entre outros velhos, seres destinados apenas à margem da sociedade.

Todos eles, cada um ao seu modo, viam ao seu redor a instalação de uma nova sensibilidade em relação à importância das idades na configuração social e subjetiva. Esta nova sensibilidade se pautava pela afirmação, em primeiro lugar, da ideia de que, efetivamente, a vida das pessoas, das coisas, dos valores, das práticas, de tudo, poderia ser dividida em etapas que simulavam a curva de uma montanha.

No caso da existência de uma pessoa, o que se dava, segundo aquela crença crescentemente legitimada, era que ao nascimento se sucedia a infância, fase de preparação da vida, momento de se forjar o caráter e o destino; à infância se sucedia a juventude, quando o indivíduo deveria definir com mais precisão aquilo que enfim seria para sempre e quando ele experimentaria com maior ou menor vigor a sensação de eternidade e de imortalidade que marcaria aquela fase da vida; ainda em seguida, viria a fase adulta, momento de gozo dos prazeres, mas também de exercício das obrigações para consigo, para com a família, para com o mercado de trabalho, para com a sociedade e para com o Estado.

Por fim, após a culminância da idade adulta, o homem desceria a montanha da sua existência em direção ao fim da vida, ou seja, à sua morte. Antes de alcançar este ponto sem volta, caberia atravessar a velhice, fase de esvaziamento do sentido da vida, de degradação física e social, de amolecimento das carnes outrora rijas e enrijecimento das juntas outrora flexíveis.

Tais ideias evolucionistas e profundamente agressivas em relação ao envelhecimento, dizem Bello, Pedrosa e Ramos, estavam se tornando na sua época moeda de troca simbólica na construção de explicações sobre o país, seu povo, sua história, seu destino. E eles se sentiam particularmente tocados por aquilo, na medida em que se identificavam, em maior ou menor grau, como tudo aquilo que estava sendo alvo da deslegitimação – a partir da sua própria velhice, mas, também, por conta de sua identificação com aquele mundo do passado que se esboroava entre dores e lamentos.

Os próprios memorialistas diziam-se, eles mesmos, vítimas disso, personagens dessa história, visto que tanto podiam contar, páginas após páginas, de velhos outrora poderosos e, naquele instante, enfraquecidos, quanto podiam, em si, dar provas do que diziam. Afinal, eles mesmos eram, quando da escrita de suas obras, homens que descreviam a si mesmos como velhos, e sua trajetória era tematizada como sendo marcada pela fraqueza, pela perda do mando. Eles haviam em algum momento capturado nas tramas da sua própria subjetividade uma singular condição de velhos, e era a partir dela que eles lembravam.

Aliás, creio ser importante chamar a atenção para isso de forma enfática. Os memorialistas, pelo que dão a entender nos seus textos, apenas conseguiam pensar em si mesmos como figuras dotadas de três dimensões, simultâneas e entrelaçadas. Eles eram, de acordo com a sua própria elaboração de si, nordestinos, velhos e

homens da memória. Essas três formas possíveis do ser se atualizavam na trajetória subjetiva de cada um daqueles sujeitos, como se aquelas palavras indicassem limites que ao se deveriam, ou não se poderiam transpor.

Outra questão a ressaltar é que, se a escrita de seus textos acabaria por ser, de muitas formas, a última realização de sua existência, ela se dava de sorte a que acabava por condensar, por sua existência mesma, a ideia de que ao escrever, aqueles homens estavam dando corpo e vida a uma série de histórias que, de outro modo, se perderia. E, mais, aquelas histórias se lançariam num cataclismo que levaria nos seus movimentos violentos aqueles sujeitos, incapazes de, por si próprios, sobreviverem ao seu tempo, à sua história.

Ao escrever suas memórias, aqueles homens não apenas emprestaram um derradeiro sopro de vida a um mundo que a seu ver se esgarçava, mas repetiam este movimento em direção à sua vida mesma, na medida em que ela era a encenação, a realização mais imediata do fim de uma era. A autoria que ali se empreendia era, tragicamente, a de um morto que só tinha de fôlego aquele sopro que levava as palavras da memória ao papel¹⁷.

Conforme ressalta Albuquerque Jr., o dispositivo memorialístico nordestino teve como uma de suas dimensões mais recorrentes a tematização da decadência dos grandes senhores. Na história dos velhos é contada a história do patriarcado: seus dias de glória, sua crise. Na figuração daqueles personagens é contada a única história possível (no sentido de que na sua tematização é empreendida a única manifestação, naquelas narrativas, de movimento, de devir): a de um mundo que ruiu e que levou consigo formas de ser, de existir. A tematização da velhice, naquelas narrativas, é a força que empresta a densidade histórica àqueles relatos, porque obriga o narrador a encenar mudanças, deslocamentos, fluxos. Importa ressaltar que a atribuição da historicidade àqueles personagens se faz de sorte a que eles acabam sendo tecidos como um fracasso, o que impactará na construção subjetiva dos seus descendentes, de súbito privados daquela importante referência¹⁸.

A partir daquele olhar, e de suas conclusões, Júlio Bello, Pedro da Cunha Pedrosa e Graciliano Ramos executaram um movimento de interpretação do país, de sua história mais recente e, em alguns momentos, chegaram a preconizar o que seria o seu futuro.

* * *

Numa tendência que acabaria por atravessar todas as questões acima mencionadas, aqueles memorialistas problematizaram algo que, a seu ver, estava se tornando numa marca característica do *seu tempo*: o uso indiscriminado das ideias de juventude e de velhice na construção de explicações sobre o mundo e sobre a sociedade, bem como na tessitura de práticas de governo individual e coletivo cada vez mais abrangentes. Bello, Pedrosa e Ramos denunciam, nas suas memórias, o

¹⁷ Cf. FOUCAULT, Michel. Um nadador entre duas palavras In. _____. *Ditos e Escritos III*. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 243-246.

¹⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Os nomes do pai: a edipianização dos sujeitos e a produção histórica das masculinidades – O diálogo entre três homens: Graciliano, Foucault e Deleuze. In. RAGO, Margareth *et al* (orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002, p. 111-121.

quanto aquela simbologia singular estava eivada de preconceitos e de estereótipos, e o quanto ela acabava por reforçar a ideia de que era legítima a hierarquia que valorizava os jovens em detrimento dos mais velhos.

Termos que, por longo tempo, apenas se deixavam capturar pela linguagem quando ela se ocupava de nomear indivíduos tomados um a um, ou práticas históricas ocasionais, o *novo* e o *velho* ascendiam, no mundo inaugurado pelos começos do século XX, à condição de metáforas eficientes e reiteradamente acionadas para a construção de interpretações para as ações dos homens, especialmente as que podiam ser pensadas como experiências coletivas e de interesse geral. E, ainda mais importante, aquilo se dava, dizem os memorialistas que estudo, de sorte a que aquela nova utilização dos nomes da juventude e da velhice trazia implicada em si uma hierarquização de muitas formas impactante. Dizer, desde então, que algo ou alguém se aprisionava nas malhas da velhice se mostrava então como a afirmação de um anátema, vez que os signos legitimados socialmente eram cada vez mais associados ao que cabia dizer com as palavras da juventude.

Decorria daquele diagnóstico que, em todos os livros daquela literatura, em maior ou menor grau, está posto o lamento pelo ocaso de uma organização social na qual alguns homens, marcados pelo seu sangue carregado de tradições e tanto mais venerados quanto mais avançados em anos, comandavam o mundo e faziam dos relatos do passado a crônica de suas ações e de seus feitos. Tudo aquilo estava sendo levado pelos turbilhões da história, mais sensível nos dias daquela modernização a heróis que se faziam por si mesmos a partir da força de sua juventude, a grupos populacionais que construía o mundo a partir de sua condição coletiva e de sua abertura à experimentação. Obras escritas por homens que, afinal, além de velhos, pensavam a si mesmos como devedores de alguma solidariedade – ou pelo menos de algum temor – em relação aos velhos senhores do passado, as memórias dos letrados nordestinos não viam no que contavam senão um quadro de desalento e de desesperança.

O olhar de Júlio Bello discernia no horizonte de sua experiência a dissolução do mundo dos velhos patriarcas que governavam com rigor o espaço dos engenhos e suas cercanias. Atingido pela Abolição, pelas mudanças econômicas e sociais que já desde meados do século XIX faziam com que o eixo do país se deslocasse em relação ao Sul, pelas ideias novas que se implicaram na invenção do regime republicano, pelo crescimento e pela complexificação das cidades, o território existencial familiar a Bello e aos seus companheiros de classe e de geração se esgarçava sob seus olhos.

Trata-se ali, ao longo das memórias, por exemplo, da decadência dos engenhos que se emparelhava ao crescimento das usinas, movimento que, ali, naquele texto, era relacionado intimamente ao crescente desprestígio das regras de gestão dos corpos e das propriedades que, típicas da ordem patriarcal, se mostravam inaplicáveis na nova ordem capitalista, moderna, urbana. Tal decadência é contada não apenas nos termos da falência desta ou daquela propriedade ou família, mas, principalmente, através da descrição do destino trágico de alguns dos personagens daquelas histórias. Multiplicam-se pelas páginas das memórias de Bello os casos de velhos que empobreceram por não saber se conectar aos novos tempos, de moços que faliram porque não incorporavam em si os hábitos *novos* e não eram nem capazes de manter atualizados os *velhos* costumes.

Para Pedro da Cunha Pedrosa, por seu turno, o que mais chamava a atenção, ao lado daquelas transformações enunciadas a seu modo por Bello, era a emergência de estranhas modalidades de experimentação da dinâmica político-partidária no país, a partir dos anos 1920. Até ali, diz ele, os choques entre indivíduos mais velhos e mais moços era visto ocasionalmente, e ele mesmo protagonizara algumas situações desta natureza ao longo de sua longa e dinâmica carreira. Entretanto, nunca ele havia visto nada sequer parecido com o que se descortinava ao seu redor naquele momento.

De forma abrupta, grupos políticos se organizavam e se transformavam em atores relevantes na cena pública a partir da explicitação de sua juventude. E, mais: eles auferiam mais prestígio, mais coesão, mais visibilidade, justamente porque brandiam como palavras de ordem e bandeiras de luta ataques a outros setores partidários, tornados como inimigos até mesmo do país e do regime em face da velhice de seus membros, ou de suas práticas. A velhice e a juventude tornavam-se formas de identificação, nomeação, classificação e hierarquização no interior dos partidos políticos e no âmbito da administração pública, e com grande desprestígio para os mais vividos.

Atualizava-se, na Paraíba, aquele fervor contemporâneo à queda de D. Pedro II – quando, numa busca estética e estratégica pelo rompimento em relação à encanecida Monarquia e ao seu não menos envelhecido Imperador,

(...) alguns dos homens públicos, já de alguma idade, que aderiram à República de 89, fizeram-no esmerando-se em tingir barbas ou bigodes, para não parecerem velhos ao lado de republicanos quase crianças.¹⁹

Para Pedrosa, aquela era uma situação absurda, antinatural, odiosa – frente à qual só lhe restara sucumbir, atordoado.

Para Graciliano Ramos, por fim, o terceiro e último dos memorialistas que exploro neste estudo, a velhice era ao mesmo tempo o instante no qual o corpo biológico falhava e o momento de recordar o passado, principalmente a infância. Vivendo uma época que, a seu ver, tomava as primeiras fases da vida como o centro da experiência humana, como o momento mais importante a ser vivido, Ramos valia-se da sua tematização no âmbito do texto memorialístico para documentar e monumentalizar os movimentos através dos quais a velhice foi sendo desinvestida de sentido. Para ele, tratar do envelhecimento seria registrar, de forma metafórica, a decadência de uma região, de suas relações econômicas e sociais, de suas práticas sociais. Seria apontar para a emergência de um igualitarismo de fantasia, que apenas reforçava o poder dos empresários urbanos e dos moços voluntariosos, coveiros do mundo de antigamente e dos seus velhos senhores.

* * *

Obras compostas em meio à ambígua relação que, no século XX, certos setores letrados da sociedade brasileira estabeleceram para com o passado, aquelas memórias ao mesmo tempo sinalizavam para a diferença do *hoje* em relação ao

¹⁹ FREYRE, *Ordem e progresso*, p. 147.

ontem e explicitavam a demanda da atualidade em relação ao conhecimento em relação aos tempos que a antecederam.

Naquele corpo textual se dava o acionamento de uma relação dos seus protagonistas em relação ao passado vivido e lembrado, a qual se deixava atravessar pelo culto a uma experiência extinta e idealizada. Ela se compôs, assim, como um jogo complexo em que esquecimentos, recordações, alegrias e tristezas, durações e esgotamentos, alegria e luto se mesclavam, na construção de um corpo escrito para o passado em que identidades grupais e regionais eram fundadas e naturalizadas.

Naquelas obras, principalmente, deu-se uma singular problematização da experiência do envelhecimento, quer dos autores dos livros em questão, quer de muitos dos seus personagens. Uma tensão, em especial, atravessou aquela literatura: a afirmação de que o percurso histórico da velhice no Brasil havia sido marcado por uma ruptura quando da instalação por aqui dos códigos modernos e urbanos. O capitalismo, afirmando-se aqui mediante a superação, quando não a destruição, de uma ordem antiga e patriarcal, teria levado de roldão modos de envelhecer carregados de dignidade. Teriam emergido naquele presente, em contraposição ao vivido no passado, formas aviltadas de velhice.

É no sentido de pensar a inserção da memorialística nordestina naquele fluxo, naquela política de verdade em relação à experiência das idades no Brasil que eu a exploro; eu a tomo como documentos/monumentos de uma significação peculiar elaborada para a velhice, e busco explicar a lógica do sentido que ali se aciona. Cada uma das obras que leio, tomada ao mesmo tempo em relação ao seu espaço de inscrição mais peculiar e em relação a outras séries históricas, dá forma e densidade a um debate que tanto a atravessa quanto a ultrapassa.

Os memorialistas chamavam à primeira cena da sua narrativa diversos personagens envelhecidos, quando não tratavam da própria condição de velhos – e, ao construir este rol de existências singulares, eles acabavam por tecer uma série mais ou menos coesa de imaginações acerca daquele recorte etário. A velhice aparece ali, naquele conjunto de narrativas, como uma forma de construir a experiência subjetiva, ou seja, ela é tematizada pelos memorialistas a partir da apresentação, nos textos, de personagens que se deixam dizer com as palavras e com os silêncios que ali se classificam como próprios ao envelhecimento.

Não se trata, naquele corpus, de existências vazias de significado, nomes que trariam sob si apenas a vacuidade de uma existência improvável. Ao contrário, a vontade de verdade daqueles autores só se satisfaz com a apresentação, no corpo do seu relato, de indicações mais ou menos precisas quanto a vidas que *realmente* ocorreram, e que em algum momento se viram presas sob a influência má dos signos de uma velhice indesejada. Mesmo o esforço eventual deste ou daquele memorialista em construir tipos sociais mais ampliados com o auxílio da apresentação das pequenas histórias nas quais aparecem seus personagens é solapado pela diferença que cada vida narrada traz consigo para a pele do texto.

A velhice figurada naqueles livros, sob a forma da condição etária dos personagens, não resulta, no entanto de uma idealização abstrata. Cada autor tem à sua frente, para compor o seu rol peculiar de imagens da velhice, as referências de sua própria recordação e o impulso oferecido pelas tensões e pelos conflitos do presente mesmo

da enunciação do relato. A velhice tramada naqueles textos, portanto, é para o historiador uma porta para pensar a experiência cultural em que se inseriam aqueles autores, na medida em que ela, a velhice, se mostra visível apenas quando tramada como possibilidade a ser enunciada a partir dos jogos de poder e saber que são instituídos pelos movimentos da história.

O que os memorialistas se esforçam para fazer ver, cada um a seu modo, cada um frente a questões bastante peculiares, referentes à sua inserção histórica, é a paulatina construção histórica de uma oposição entre juventude e velhice. E uma oposição, dizem eles, que tinha como a sua face mais visível a hierarquia que então ia sendo estabelecida, a qual acabaria por sobrepor os jovens aos velhos, os primeiros ocupando crescentemente os lugares privilegiados da cena social, em detrimento dos últimos. De acordo com o que o olhar daqueles autores recortou como a face do seu mundo, o que estava ocorrendo ao seu redor era a construção de uma experiência histórica tal em que a velhice era quase o outro da cultura. Ser velho, ao longo do século XX, dizem eles, era mergulhar nas profundezas de um mar escuro e sem movimento, um afastamento das praias ensolaradas nas quais a história se dava realmente.

Cada memorialista, insisto nisso, teceu velhices que se multiplicavam ao longo de seu relato. E, quando as imaginações dos autores todos (ao menos, dos que tomo aqui por objetos de minha atenção) são postas em diálogo, o burburinho de um fluxo incessante emerge com particular intensidade dos papéis que me cercam. Os relatos com os quais trabalho falam de uma época, inserem-se em outra, jogam com tempos distintos, lançam-se ao teatro das idéias como encenações que se querem únicas e aparentadas. Uma cena ambígua se mostra, ali – o que parece seduzir ainda mais o historiador. Este se arma de um olhar que precisa ser atento: ele deve servir para dar forma e sentido aos movimentos por vezes sutis, por vezes impetuosos, em meio aos quais os memorialistas criticam o seu próprio tempo ao construir imagens sobre um tempo passado.

A recorrência, naquelas obras, da associação da velhice à exclusão social, ainda que tal gesto tenha sido praticado por cada autor de forma relativamente singular, atualizava no âmbito daquela literatura uma racionalidade que acabaria por marcar de forma intensa os modos pelos quais o século XX brasileiro viu ser construída a experiência do envelhecimento humano. Aquela racionalidade se definiu pela construção imagética da velhice como uma fase da existência humana na qual a vida se regularia pela degradação, pela involução, pela conquista da morte em detrimento da experimentação da vida. Tal se daria numa franca contradição com as experiências vividas naquele tempo quase mítico ao qual se fazia referência, na maioria das vezes, como *antigamente*.

Produzindo, entretanto, uma obra que, certamente, não se despia dos seus próprios preconceitos e tampouco de desviava da produção dos seus próprios estereótipos, Bello, Pedrosa e Ramos buscavam inverter a polaridade das hierarquias que viam legitimadas ao seu redor, e defendiam a ideia de que a velhice não implicava em nenhuma desqualificação. Antes, diziam eles, aquelas memórias transformadas em livros eram a prova de que o velho detinha saber, experiência, capacidade de entender e de explicar o mundo. Se, ao seu redor, a velhice metaforizava a margem do mundo, naqueles livros ela era o centro, a voz, o sentido.

Assim, a eles jamais bastou o acolhimento, em si e nos seus textos, das marcas que os marginalizavam e estigmatizavam a velhice. Bello, Pedrosa e Ramos, como, aliás, outros memorialistas nordestinos, valiam-se da escrita de suas memórias para estabelecer a possibilidade de um embate com as forças históricas que lhes pareciam mais adversas, mesmo que o seu esforço acabasse por, também ele, produzir eventuais estereótipos em relação ao envelhecimento.

Lembrar e esquecer, para eles, era intervir, era agir politicamente, era recusar destinos impostos e afirmar a possibilidade do desejo do desvio em relação às forças abissais da história. Assim, numa espécie de negação daquela situação de ostracismo, os autores com os quais trabalho tramavam o corpo escrito de suas memórias de sorte a que os eventos de sua vida fossem compreensíveis, apenas, quando referidos em algum grau a movimentos ampliados da *história*.

Eles se faziam assim personagens, quando não protagonistas, do passado que lhes interessava recompor, reencenar. A história, força bruta e incontrolável que os silenciava, tornava-se personagem de suas memórias, razoavelmente subordinada à trama mesma do relato memorialístico.

Aquela memorialística testemunhava e protagonizava a crescente relevância que assumia, na experiência histórica brasileira e, especialmente, nordestina, a etarização da vida. Bello, Pedrosa e Ramos foram, é o que afirmo no meu estudo, espectadores e personagens da mutação histórica que, atravessando a constituição da modernidade ocidental, trouxe consigo a intensificação da ideia de que a idade do indivíduo é um marcador dotado de significado tal que seu acionamento pode imprimir uma lógica ao momento em que se está vivendo.

Não reluto, entretanto, em lembrar ao meu leitor o quanto aquelas memórias estavam comprometidas com a produção de estereótipos acerca da velhice – dois deles se sobressaindo. Num plano, Bello, Pedrosa e Ramos enfatizaram a ideia de que aos velhos cabia lembrar, ainda que para eles o laço com o passado das recordações fosse uma prática de liberdade mais que uma corveia limitadora. Noutro plano, aqueles autores contribuíram, cada um a seu modo, para dar força e corpo à ideia de que, no passado senhorial, patriarcal e tradicional do Brasil vigorava uma “Era de Ouro” da velhice, na qual os indivíduos ganhavam mais respeito tanto mais avançavam na idade.

É curioso, porém, que no movimento mesmo dos textos esta tese seja fragilizada pela aparição de um ou outro personagem velho e habitante daquele passado idealizado, desprovido deste suposto prestígio que a ancianidade lhe reservaria. No entanto, mesmo assim, a maior parte daqueles livros é dedicada à construção de um rosto mítico e excessivamente plano para a sociabilidade passada, num contraponto demasiado simplista em relação ao que era, para aqueles autores, a sociabilidade presente.

Como meu leitor deve imaginar, o que estou desejando realizar não é uma crítica àquelas memórias por sua talvez suposta incorreção na representação do passado; o que procuro acentuar é, apenas, uma dimensão humana, demasiado humana daqueles relatos: o seu compromisso com a crítica à perda de status dos seus autores, associada à sua experiência do envelhecimento, e transformação desta crítica numa espécie de teoria da modernização brasileira, com todos os riscos e as fragilidades

que tais generalizações implicam.

As memórias, assim, não afirmam apenas superfícies planas. Elas são o território em que habitam velhices variadas, dispersas. Importa, neste sentido, ressaltar que aqueles autores se fizeram enquanto protagonistas de uma relação singular para com a velhice, relação esta que pode ser descrita sob os termos de uma apropriação. Os memorialistas não se fizeram simplesmente subordinados a imagens congeladas acerca do envelhecimento humano – ainda que aqui e ali eles tenham retomado nos seus textos enunciações marcadas pelo movimento da estereotipia – mas, ao contrário, compuseram a si e aos seus personagens velhos de forma relativamente heterogênea. Eles souberam marcar nos seus textos que a experiência da velhice, para lá dos índices que são gerais numa dada inscrição histórica, é plural e multiforme.

Cada autor, apesar dos pontos em comum que tornam todos mais ou menos próximos uns aos outros, tinha a sua própria história de vida, os seus modos peculiares de construir o corpo escrito do seu passado lembrado, as referências contextuais a servir de moldura para o olhar retrospectivo.

A memorialística lida aqui, afinal, foi composta em momentos distintos, num século marcado pela aceleração da experiência e pela diferenciação crescentemente intensa dos seus momentos, uns em relação aos outros. Uma narrativa composta em 1935 tem sua distância em relação àquela construída em 1945: em algum grau, tempos outros, histórias outras.

Naquele conjunto de textos, assim, são encontrados velhos pobres e ricos, do sexo masculino ou do sexo feminino, ligados ao mundo rural ou ao mundo urbano, letrados ou analfabetos, poderosos ou desprestigiados, falantes ou silenciosos, ativos ou dormentes – e muitas vezes estas tipologias se embaralham, se fundem, se refundem, sendo compostas ao fim e ao cabo imagens relativamente diversificadas da experiência do envelhecimento.

A velhice que se tece na memorialística que estudo é uma experiência ao mesmo tempo fixa e mutante. Ela se estabelece como um limite da existência dos homens num certo momento da história, mas, em paralelo, como um limite que é enfrentado de formas bastante particulares, ao sabor das circunstâncias históricas. O próprio gesto da recordação era um não à morte, um sim à vida.

Saber aquela velhice, enfim, é acompanhar estes percursos, atentando para suas continuidades e para as suas discontinuidades. E para a repercussão de sua retomada, nos dias do meu próprio presente.



RESUMO

A série de movimentos históricos que, a partir das décadas finais do século XIX e, principalmente, no início do século XX, permitiu a invenção do Nordeste do Brasil, teve como uma de suas dimensões a produção de certos discursos. Ali proliferaram, entre outras, narrativas memorialísticas. Aquele conjunto textual é explorado aqui no sentido de se pensar o seu compromisso para com um debate que se dava no Brasil na época mesma de sua emergência. Trata-se da problematização da experiência da velhice. Os autores da memorialística nordestina dialogaram com alguns dos vários pontos do debate que então se travava em torno da velhice, especialmente problematizando as relações entre as experiências do envelhecimento e as práticas do lembrar e do esquecer, bem como as mudanças implicadas nos modos pelos quais se experimentava o jogo etário em meio a experimentações da modernização capitalista no país. Algumas daquelas obras são aqui exploradas, em busca de sua contribuição àquela nova forma de se narrar a vida, as idades e a sua história no Brasil.

Palavras Chave: Velhice; Memória; Nordeste.

ABSTRACT

The number of historical movements allowing the creation of Brazilian Northeast by the late decades of the nineteenth century and early in the twentieth century has had, as part of their dimensions, the production of certain speeches. Among a number of other productions, there were memorialists narratives. That textual aspect is investigated in this study in order to reflect on the commitment with the discussions held in Brazil when in state of emergency. It is related to the concern of elderly experience. Northeastern authors, memorialists, have discussed some of the various topics in debates about the elderly, especially focusing on the relations between the elderly experiences and recalling/ forgetting practices as well as changes in aging process during experimentations in the country capitalist modernization. Some of those works have been explored in this study in order to search for contributions to currently narrate lifestyle, age, and history in Brazil.

Keywords: The Elderly; Memory; Brazilian Northeast.